

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.860 - MG (2019/0300253-0)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

**IMPETRANTE : SUELI DE ALMEIDA LOPES NUNAN VIEIRA E OUTROS**

**ADVOGADOS : SUELI DE ALMEIDA LOPES NUNAN VIEIRA - MG128842**

**MARIANNE STEPHANIE LUCIUS L DE G TELLES C ALVES C VIEIRA - MG183610**

**GESSICA APARECIDA FERREIRA DA SILVA - MG193233**

**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**PACIENTE : LEONARDO GONCALVES COSTA (PRESO)**

**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## DECISÃO

O paciente, acusado pela suposta prática de tráfico de drogas, alega ser vítima de coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal de origem, que denegou a ordem impetrada naquela Corte, na qual pretendia a revogação da preventiva.

Neste *writ*, a defesa reitera, liminarmente, o pedido de revogação da decisão que impôs a medida coercitiva mais gravosa, sob o argumento de que não foram preenchidos os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, ou seja, que o *decisum* carece de fundamentação idônea.

Em que pesem os argumentos externados no habeas corpus, observo que o acusado foi surpreendido com **expressiva quantidade e variedade de entorpecentes** (253,11 g de cocaína e 63 g de maconha) o que, em princípio, justifica a constrição.

Deveras, na esteira do entendimento desta Corte, "é idônea a motivação invocada pela Juízo de primeiro grau para embasar a ordem de prisão do paciente, porquanto evidenciou a gravidade em concreto da conduta praticada, consideradas a quantidade e a natureza do entorpecente apreendido" (**HC n. 527.088/PR**, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, DJe 19/9/2019).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Tal circunstância denota, portanto, a existência de especificidade que demanda maior cautela no exame do caso, o que não se coaduna com o pedido *initio litis*, senão com o próprio mérito do *mandamus*, o qual será analisado no momento oportuno, razão pela qual **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau.

Depois, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

